

No.141
ANO 18
OUT-DEZ/2008
F.A.R.J.



LIBERÁ

INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO - FARJ

farj@riseup.net - <http://www.farj.org> - Cx. Postal 14576 - CEP 22412-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

A economia capitalista mantém uma relação de estreita dependência com o petróleo para seu desenvolvimento e manutenção, visto que ele é um recurso de caráter estratégico: junto com o gás natural, é responsável hoje por mais de 50% da matriz energética global, além de ser a principal matéria-prima industrial. Por ser um recurso finito, e por ser utilizado na fabricação de uma ampla gama de produtos estratégicos, o petróleo é a principal substância negociada entre corporações e governos mundiais. A cadeia brasileira depende intensamente de sua exploração, visto que o país um grande consumidor (8º do mundo) e também importante produtor (13º do mundo).

Em um breve histórico do petróleo no Brasil, podemos citar alguns marcos. A criação do Conselho Nacional do Petróleo (1938), que gerou os marcos regulatórios para sua extração; o debate entre “nacionalistas” e “entreguistas” que, com a vitória dos primeiros, obrigou Vargas a assinar em 1953 a Lei 2004 – que também criaria a Petrobras – instituindo o monopólio estatal da pesquisa, refino e transporte do petróleo e seus derivados; a ampliação deste monopólio em 1963. Nos anos seguintes, com diversas descobertas de bacias petrolíferas, o Brasil firmou-se como um grande produtor mundial. Em 1995, por uma alteração na Constituição de 1988, as empresas privadas tiveram permissão para participar nas atividades de extração e produção de petróleo e em 1997, o governo neoliberal de FHC aprovou a lei nº 9478/97 (Lei do Petróleo), que flexibilizou o monopólio estatal, privatizando parte do capital da Petrobras e colocando-o sob controle de corporações nacionais e estrangeiras.

A aprovação desta lei e a posterior criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) marcaram também a vitória do governo sobre a grande greve dos petroleiros de 1995, que havia sido realizada com o intuito de repor as perdas salariais e lutar

A QUESTÃO DO PETRÓLEO

É AS MOBILIZAÇÕES POPULARES NO RIO DE JANEIRO



Participação do MTD na ocupação do EDISE (Edifício Sede da Petrobrás), Rio de Janeiro.

contra o neoliberalismo. Anteriormente, entre 1992 e 1993, houve participação dos anarquistas na ocupação do EDISE (edifício sede da Petrobras no RJ), defendendo juntamente com os setores de base do movimento de trabalhadores petroleiros, a ocupação com controle da produção (no contexto da greve de 1995, ela tornou-se realidade) que se opunha à estatização defendida por um amplo setor do movimento.

Desde a criação da ANP, áreas promissoras de petróleo e gás vêm sendo leiloadas por ela e adquiridas pelo capital privado. Com as recentes descobertas de petróleo no “pré-sal”, os leilões – que já chegam a 10, sendo 6 deles no governo

Lula – vêm ganhando visibilidade. Há diversas estimativas, mas as reservas do pré-sal são tão grandes que se fala na possibilidade de o Brasil chegar a ser o 3º maior produtor de petróleo do mundo. Aproximadamente 25% destas reservas do pré-sal já foram leiloadas a preços irrisórios para empresas privadas.

No contexto das mobilizações que se opõem à política neoliberal e aos leilões do petróleo, a participação anarquista se faz bastante presente. Por um lado, se nossas posições divergem do “consenso ufanista” da esquerda em torno da estatização, propostas que certamente carecem de horizonte político, por outro, encontramos

“Escolhe um inimigo grande e este te obrigará a crescer para poder enfrentá-lo. Diminui teu medo porque, se ele cresce, tu te farás pequeno.”

Subcomandante Marcos

duras barreiras para a afirmação de nossa proposta de *autogestão*, pela correlação de forças que não nos é favorável ou mesmo pela burocratização crescente de largos setores dos movimentos sociais e sindicais. Este contexto vem impedindo a possibilidade de uma alternativa revolucionária de luta.

Para a criação desta alternativa, temos sustentado a aproximação entre os anarquistas e os setores de “excluídos” da campanha contra os leilões, que se materializou no Fórum Nacional Contra a Privatização das Reservas Estratégicas de Petróleo e Gás, criado em 2008. Ficou claro, durante toda a campanha, a reafirmação das possibilidades do sujeito revolucionário que defendemos. Para nós, este sujeito não está estritamente preso à categoria social do proletariado urbano e industrial, podendo ser encontrado nos grupos sociais periféricos ao campo formal do capitalismo, como os sem-teto, sem-terra, desempregados etc. Isso ficou comprovado em todo o processo, com ampla e massiva participação desses setores na luta contra as privatizações; sob a égide da *ação direta*, estes setores populares protagonizaram não só o enfrentamento com os agentes federais da ANP e do EDISE, mas possibilitaram a ocupação de ambos os prédios, sendo que sem eles, isto teria sido completamente inviável. A representação sindical era, sem dúvida alguma, insuficiente em termos quantitativos para promover uma ação de massas, ficando limitada ao insuficiente quadro de diretores; uma infeliz consequência da burocratização sindical. Este fato constituiu-se em uma grande evidência: o protagonismo das lutas foi daqueles setores que Marx chamava de “rebotalho” do capitalismo; uma contraditória realidade para aqueles que ainda se apegam ao

conceito de classe elaborado pelos comunistas alemães do século XIX.

Neste contexto de lutas, nossa proposta é que se crie *uma relação entre os sindicatos e os movimentos de sem-teto, de sem-terra e de desempregados*, buscando uma *solidariedade de classe* que ultrapasse a campanha contra os leilões e crie um projeto de luta que não seja baseado na verticalização e nem no privilégio de uma categoria do conjunto de explorados. Assim, entendemos poder desenvolver uma *perspectiva mais ampla de organização popular*.

De qualquer forma, a pedagogia das lutas vem aproximando idéias libertárias de importantes militantes dos movimentos sociais, que se atraem pela evidência de nossa metodologia. Misturados às bases das organizações de classe temos modificado paradigmas, criado alternativas às práticas autoritárias e reinaugurado um vocabulário político no qual palavras como *autogestão* e *ação direta* ganham significado na prática e permitem substituir as teorias de vanguarda pela generosa e eficiente idéia de minoria ativa. Logramos ainda, com a insistente prática de estimular o diálogo entre as várias e complexas vertentes dos movimentos sociais cariocas, abrir um canal no qual o hip-hop, as artes marciais, o trabalho com educação popular, levados a efeito nas ocupações urbanas e favelas, somados, contribuam para *o todo organizado da luta de classes*. Uma pretensão de dimensões colossais que, sem os frutos recentemente colhidos, poderia parecer irrealizável. Mas que, com responsabilidade, compromisso e ética a FARJ tem levado adiante no Rio de Janeiro.



A Organização Política Anarquista

Federação Anarquista Uruguaia (FAU)

A FAU pretende ser uma expressão política dos interesses das classes dominadas, exploradas e oprimidas; e, colocando-se a serviço delas, aspira ser um motor das lutas sociais. Um motor que nem as substitui e nem as representa. Mas que pretende dinamizá-las e organizá-las, contribuir para a superação do aspecto meramente espontâneo, transcender os vaivens da conjuntura e assegurar a continuidade das rebeldias, das lutas cotidianas, das expectativas, aspirações, etc.

Para nós, a organização política é também o âmbito em que se vai acumulando a experiência de luta popular, tanto em nível nacional como internacional. Uma instância que impede que se dilua o saber que os explorados e os oprimidos vão adquirindo com o tempo.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

A organização política atua ainda como local de produção das análises conjunturais e das orientações fundamentais pertinentes. Por isso, é a organização política a instância adequada para assumir os distintos e complexos níveis de atividade, que o trabalho revolucionário pode exigir, a única instância capaz de assegurar o conjunto de recursos técnicos, materiais, políticos e teóricos, etc. que são condição indispensável de uma estratégia de ruptura.

Nossa visão da organização política é contrária às distintas formas de “vanguardismo”, de “guardiões da consciência”, enfim, de grupos auto-eleitos, que se sentem tocados pelo dedo de Deus. A organização, mantendo e promovendo o espírito de revolta,

assume como próprias todas as exigências presentes e futuras de um processo revolucionário. E a partir do trabalho militante organizado, e somente a partir dele, que se pode promover coerentemente e com força redobrada a criação, o fortalecimento e a consolidação das organizações populares de base, que constituem os núcleos do poder popular revolucionário. A organização política não é uma coisa acabada, e está sujeita às influências diversas que vão exigindo adequações. Também é uma instância especial de aprendizagem em relação às lutas sociais com as quais se articula. E finalmente, no estrito âmbito da ação política (e não desconhecemos a existência de outros, mas reivindicamos o político como um âmbito separado) a FAU aspira ser a ferramenta para tornar realidade nossos princípios libertários.

NÍVEL POLÍTICO E NÍVEL SOCIAL

O problema do poder, decisivo em uma transformação social profunda, só pode ser resolvido a nível político, através da luta política. E esta requer uma forma específica de organização: a organização política revolucionária. Só através de sua ação, enraizada nas massas, pode conseguir a destruição do aparato estatal burguês e sua substituição por mecanismos de poder popular.

A atividade política não pode ser reduzida à luta econômica, à prática sindical, ainda que esta possa conter, como efetivamente contém, elementos “políticos”. (...) Mas esta luta econômica não produz espontaneamente a luta contra o poder político como tal. (...) Por isso, o espontaneísmo, as mobilizações espontâneas de massas, reflexo de um acúmulo de problemas sem solução que logo “estouram”, se não forem canalizados e instrumentalizados adequadamente, dificilmente transcendem ao plano político em termos de modificar as relações de poder.

A destruição do poder [burguês...] supõe a criação de uma outra ordem social, a qual exige a adoção de um outro “modelo” de organização (que implica uma ideologia) e, além disso, uma inevitável luta que implica meios técnicos, que o movimento de massas, por si, espontaneamente não pode desenvolver com êxito. Este é, em nossa época, o ensino a extrair dos grandes movimentos espontâneos de massa.

Não é possível uma insurreição, nem um processo de luta prolongada de costas ou distantes das massas. A predisposição espontânea dessas, que é função da organização política canalizar em termos de organização e desenvolver ideologicamente, tem sempre um papel absolutamente principal. Não se pode realizar uma revolução à margem ou apesar da gente. E menos construir um novo sistema social sem a adesão inicial pelo menos de um setor bastante amplo do povo.

LUTA POLÍTICA E IDEOLÓGICA

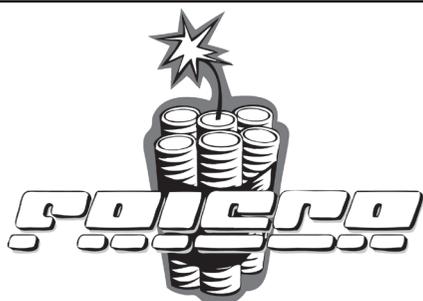
Daí a necessidade de uma atividade ideológica de esclarecimento (e de dispor dos elementos necessários a ela) que não é contraditória, mas complementar a outros níveis de luta (econômico, militar, etc.). Por atividade ideológica não entendemos, obviamente, a

pregação intelectual, “educacionista”, que se remete mais ou menos exclusivamente à difusão de “teoria” revolucionária, ainda que, esclareçamos, esta também possui sua importância. Atividade ideológica é algo mais que a mera difusão de conhecimentos teóricos. Os fatos, a própria prática política, são ingredientes, elementos decisivos da integração de um nível de consciência revolucionária.

Um resultado ideológico essencial firma-se em demonstrar diante do povo uma perspectiva de vitória, um caminho de esperança, de confiança na possibilidade de uma transformação profunda, revolucionária. (...) E esta função “demonstrativa” (...) é função de uma minoria politicamente organizada, com um nível ideológico, de consciência que não pode ser gerada na prática espontânea das massas. Um nível que supõe a superação do espontaneísmo.

Texto composto com trechos da “Carta de Princípios da FAU” e do artigo “La Organización Política es lo Decisivo” em Juan Mechoso. *Acción Directa Anarquista: una historia de FAU. Montevideo: Recortes, s/d pp. 194-195.*

Tradução e seleção: Felipe Corrêa



Faisca Publicações Libertárias

vendasfaisca@riseup.net
www.editorafaisca.net

Biblioteca Social Fábio Luz

Fundada em 18 de novembro de 2001
Nosso acervo compreende livros sobre anarquismo, mov. operário, biografias, história, filosofia, literatura, ciências sociais. Além de periódicos, jornais, fanzines, vídeos e venda de livros.
Rua Torres Homem 790, Vila Isabel - CCS/RJ
sábados de 09h às 17h
fabioluz@riseup.net

Subscrição do Libera

Os seguintes companheiros contribuíram com o Libera:

Di Planta	Emá e Seu Antenor
Bernardo	Henrique
Fontes	Rum
Luís Carlos	Anarcoagro
Rudesindo	Pepe Mendez
Aneleh	Khaled
Vasili	Tomás

Apoie você também!
farj@riseup.net

Tiragem: 3.000 exemplares.

Os textos assinados não necessariamente refletem a opinião da FARJ

Classe e Transformação Social

Para nós, o anarquismo é uma ideologia, sendo esta um conjunto de idéias, motivações, aspirações, valores, estrutura ou sistema de conceitos.

que possuem uma conexão direta com a ação – o que chamamos de prática política. A ideologia exige a formulação de objetivos finalistas (de longo prazo, das perspectivas de futuro), a interpretação da realidade em que se vive e um prognóstico, mais ou menos aproximado, sobre a transformação desta realidade. A partir desta análise, a ideologia não é um conjunto de idéias e valores abstratos, descolados da prática, com um caráter puramente reflexivo, mas sim um sistema de conceitos que existe, na medida em que é concebido junto à prática e está voltado a ela. Assim, a ideologia exige uma atuação voluntarista e consciente com o objetivo de imprimir à sociedade a transformação social desejada. Entendemos o anarquismo como uma ideologia que fornece orientação para a ação no sentido de substituir o capitalismo, o Estado e suas instituições, pelo socialismo libertário – sistema baseado na autogestão e no federalismo.

Ao reivindicarmos o anarquismo a partir desta noção ideológica, evidenciamos seu caráter de “ferramenta fundamental de suporte às lutas cotidianas”, com objetivo de transformação social. Para tanto, é importante elucidar nossa definição de classe. Mesmo considerando a luta de classes central e absolutamente relevante na sociedade de hoje, entendemos que os marxistas, ao elegerem o operário fabril como sujeito único e histórico da revolução, desprezaram todas as outras categorias das classes exploradas, enquanto sujeitos potencialmente revolucionários. O conceito de classe trabalhadora dos autoritários, que se circunscreve somente à categoria dos trabalhadores da indústria, não dá conta da realidade das relações de dominação e exploração que ocorreram durante a história e nem mesmo das relações que ocorrem na sociedade presente, da mesma forma que não dá conta da identificação dos sujeitos revolucionários de tempos passados e presentes.

A partir da necessidade de elucidação deste conceito de classe, incluímos dentro do conjunto das classes exploradas – que podem e devem contribuir com o processo de transformação social por meio da luta de classes – outras categorias que receberam, em grande medida, a atenção dos anarquistas durante a história. Esta definição do conceito de classe não modifica a luta de classes como terreno privilegiado da atuação do anarquismo social, mas traz uma forma diferente de enxergar seu objetivo: de transformação das relações centro-periferia, ou mais especificamente, de transformação das relações de dominação das periferias pelos centros. Baseados na classificação de Rudolf de Jong [“Algumas Observações sobre a Concepção Libertária de Mudança Social”] e na nossa



própria e recente história de luta, conceituamos o conjunto das classes exploradas, a partir destas relações centro-periferia. Desta maneira, fazem parte deste conjunto:

a. Culturas e sociedades completamente estranhas e distantes do centro, de maneira nenhuma “integradas”, e que são “selvagens” aos olhos do centro. Por exemplo, os índios do Amazonas.

b. Áreas periféricas relacionadas ao centro e pertencendo a estruturas políticas e sócio-econômicas que tentam, ao mesmo tempo, manter suas identidades. São dominadas pelo centro, ameaçadas em sua existência pela expansão econômica deste. Pelos padrões do centro são “atrasadas” e subdesenvolvidas. Por exemplo, as comunidades indígenas do México e dos países andinos. Outros exemplos nesta categoria – talvez devêssemos falar em um subgrupo b.I – são pequenos produtores, trabalhadores especializados e camponeses ameaçados em sua existência econômica e social pelo progresso do centro e que ainda lutam por sua independência.

c. Classes econômicas ou mesmo sistemas sócio-econômicos que costumavam pertencer a um centro, mas que voltaram a uma posição periférica após inovações tecnológicas e desenvolvimentos sócio-econômicos no centro. Por exemplo, o lumpemproletariado, trabalhadores informais precarizados e o exército permanente de pessoas desempregadas.

d. Classes sociais e grupos que fazem parte de um centro num sentido econômico, mas que são periféricos num sentido social, cultural e/ou político: as classes trabalhadoras, o proletariado em sociedades industriais emergentes, as mulheres, os negros, os homossexuais.

e. Relações centro periféricas de natureza política, seja entre Estados ou dentro deles: relações coloniais ou imperialistas, relações capital versus província, etc. Tais relações no sistema capitalista desenvolvem-se paralelamente às relações econômicas mencionadas acima – ou, grupo e.I: dominação neocapitalista, colonização interna e exploração.

Aceitando esta classificação, e conscientes de suas limitações e sobreposições, definimos o conjunto das classes exploradas como as áreas periféricas que estão dominadas por um centro. É importante ressaltar que não consideramos parte deste conjunto das classes

exploradas indivíduos que estejam, em teoria, em áreas periféricas, mas que, na prática, estabeleçam relações de domínio sobre outros, constituindo-se em novos centros. Daí a necessidade de todas as lutas das classes exploradas terem uma perspectiva revolucionária, para que não busquem, simplesmente, fazer com que partes das áreas periféricas constituam-se em novos centros.

A partir desta definição, há duas formas de se pensar a transformação social: uma, autoritária, utilizada historicamente pelos herdeiros do marxismo (revolucionários ou reformistas) e outra, libertária, utilizada pelos anarquistas.

Os autoritários, incluindo alguns que se dizem anarquistas, pensam no centro como um meio, e têm sua política orientada para ele. Para eles, o centro – sendo este considerado o Estado, o partido, o exército, a posição de direção – é instrumento para a emancipação da sociedade, e “a revolução significa em primeiro lugar a tomada do centro e de sua estrutura de poder, ou a criação de um novo centro” [Ibid.]. A própria concepção de classe dos autoritários está baseada no centro, quando definem o proletariado industrial como sujeito histórico – o que está descrito na letra “d” da definição citada acima – e excluem e marginalizam outras categorias das classes exploradas que estão na periferia, como, por exemplo, os camponeses.

Os libertários não pensam no centro como um meio, e lutam permanentemente contra ele, construindo seu modelo revolucionário e sua estratégia de luta em direção a todas as periferias – explicitadas pelas letras que vão de “a” a “e” na definição acima. Ou seja, em sua atuação na luta de classes, o anarquismo considera como elementos das classes exploradas comunidades tradicionais, camponeses, desempregados, subempregados, sem-tetos e outras categorias freqüentemente desconsideradas pelos autoritários. “A luta, dessa forma, seria encaminhada por quem realmente [sente] os efeitos do sistema, e por conseguinte [precisa] urgentemente aboli-lo.” [FARJ. “Por um Novo Paradigma de Análise do Panorama Internacional”] Na periferia, os anarquistas estimulam os movimentos sociais pela base e buscam construir a organização popular para, em solidariedade, combater a ordem existente e criar uma nova sociedade que seja baseada na igualdade e na liberdade, e na qual as classes já não façam mais sentido. Nesta luta, os anarquistas utilizam-se de meios que contêm dentro de si os germes da sociedade futura.

“A concepção anarquista das forças sociais por trás da mudança social é muito mais geral (...) que a fórmula marxista. Diferentemente do marxismo, não concede um papel específico ao proletariado industrial. Nos escritos anarquistas encontramos todos os tipos de trabalhadores e de pobres, todos os oprimidos, todos aqueles que de algum modo pertencem a grupos ou

áreas periféricas e, portanto são fatores potenciais na luta revolucionária pela mudança social.” [Rudolf de Jong. *Op. Cit.*]

Com esta concepção das forças revolucionárias, afirmamos que “ao que tudo indica, é na periferia, nas ‘margens’, que a revolução mantém acesa sua chama” [FARJ. *Op. Cit.*]. Portanto, nossa conclusão é que o anarquismo deve estar em permanente contato com as periferias para a busca de seu projeto de transformação social.

(Fragmento do documento *Anarquismo Social e Organização, da FARJ, aprovado em seu I Congresso*)



NOTÍCIAS LIBERTÁRIAS

Germinal: O Núcleo de Alimentação e Saúde Germinal ao longo de 2008 realizou uma série de atividades agroecológicas junto a movimentos sociais urbanos e rurais. Priorizou-se atividades de cunho pedagógico, como: oficinas, mutirões, grupos de estudo, almoços e visitas a diversas experiências agroecológicas. Os espaços em que estivemos presentes e as atividades que realizamos foram: Ocupação Urbana 16 de abril - RJ: oficina Agricultura Urbana e mutirão de horta; Carnaval Revolução: entrevista com John Zerzan, oficinas - “Alimentos envenenados”, “Produção e consumo de soja”, “Agricultura Urbana”; Casa da Lagartixa Preta - SP: mutirão de horta e exposição sobre agroecologia; Associação de Moradores do Canal do Anil - RJ: apoio ao encontro do 1º de maio; Ciclo de oficinas de Fitoterápicos – CCS/RJ : Oficinas de produção de pomada, xampu, sabonete, emplastro, tintura e materiais de limpeza; Congresso da FARJ: almoço agroecológico; Encontro Techmeet – CCS/RJ: organização e apoio; Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP/RJ): debate sobre alimentos transgênicos; Encontro da Rede Ecológica: organização, almoço agroecológico e intervenção nos grupos de trabalho; Universidade Popular: construção dos cursos – “Agroecologia, Agricultura Urbana e Fitoterapia”, “Sistemas Agroflorestais”; Comuna da Terra MST – SP : visita de apoio à ocupações urbanas e rurais; Encontro Metropolitano de Agroecologia -RJ: trocas de experiências entre agricultores e exposição de milhos crioulos; Jornadas Agro ecológicas - Via Campesina (Cascavel/PR): oficina “Hortas Urbanas em Ocupações Sem Teto”; Semana Acadêmica Ciências Sociais – UFPR: oficina “Agroecologia”; Flor da Palavra: palestra: “Agroecologia em Ocupações Urbanas”; Semana Acadêmica Ciências Sociais Araraquara/ SP: oficina “Agricultura Ecológica nas Cidades”.

Palestra em Joinville/SC: Aconteceu no sábado dia 08/11/2008, na sede da Associação de Moradores do Itaum,

localizada em Joinville, uma palestra organizada pelo Grupo de Idéias e Práticas Anarquistas (GEIPA), com a participação de Wili, militante da FARJ. Seu tema foi: FARJ, Anarquismo Social e as Lutas Sociais. Contou com a presença de 30 compas entre estudantes, sindicalistas, militantes do CMI, MPL, PSOL, anarco-punks, além da presença dos membros do GEIPA e do GEAC (Grupo de Estudo Anarquista de Curitiba). Foi apresentada a proposta de organização específica anarquista conhecida por Especificismo. Entre dúvidas, críticas e discussões falou-se também do processo de formação da FARJ da proposta do Anarquismo Social e da importância das organizações locais, sejam elas de estudo, de cultura ou de ação, para a defesa e luta anarquista contemporânea. Após a palestra e o debate os presentes puderam adquirir alguns livros revendidos da Cooperativa de Revenda Editora Faísca, que fica sediada no Centro de Cultura Social-RJ.

FARJ no Sul: Nos dias 7 e 8 de fevereiro de 2009 será realizada a primeira reunião da Rede de Apoios da FARJ no Sul (Paraná e Santa Catarina), que terá como objetivo a troca de experiências, a análise de conjuntura local e a organização de atividades voltadas a promoção da proposta de Anarquismo Social e do Programa Político da FARJ. Os companheiros estarão dando o pontapé inicial para a realização do Primeiro Colóquio de Anarquismo Social, a ser realizado nas cidades de Florianópolis, Joinville e Curitiba, ainda no primeiro semestre de 2009.

Pró-FASP: O processo de constituição de uma organização anarquista em São Paulo continua andando. A Pró-Federação Anarquista de São Paulo (Pró-FASP) está tendo reuniões permanentes com significativa adesão e ampla participação. Aos poucos, os trabalhos estão se desenvolvendo: neste momento, as atividades de apoio ao MST, movimento indígena e de início de elaboração de um movimento comunitário na periferia da Zona Leste da cidade (incluindo transversalmente um trabalho de gênero). Está em andamento, também, um processo de formação e integração dos/as militantes. Tudo caminha pouco a pouco, porém, com muita disposição dos/as envolvidos/as. Todo apoio da FARJ à construção da FASP!

CIRA-Brasil: A seção brasileira do CIRA estará enviando no início de 2009 a primeira remessa de livros periódicos e demais materiais libertários para o CIRA-Internacional. Também estamos esperando a chegada do acervo do CIRA-B dos anos 60, que será enviado pelo companheiro Pietro Ferrua. O acervo consiste nas cartas trocadas pelo CIRA-B com dezenas de grupos e individualidades libertárias do Brasil e do mundo durante a sua breve existência (1966-1968).

Núcleo de Pesquisa Marques da Costa: O NPMC lançou em 2008 três exemplares do seu informativo, o Emecê, com os artigos: A Organização dos Gastrônômicos no Rio de Janeiro (#8, março/08); O Congresso Anarquista de 1948 e o Anarquismo no Rio de Janeiro após a ditadura do Estado Novo (#9, outubro/08) e Um Salão chamado Liberdade (#10, novembro/08). Em 2009, o NPMC pretende tornar a periodicidade do Emecê bimestral. Os arquivos pdf do Emecê podem ser solicitados ao email marquesdacosta@riseup.net e o informativo está disponível na Biblioteca Social Fábio Luz. O Núcleo também está planejando para 2009 dois eventos: um sobre Pierre-Joseph Proudhon (cujo nascimento completa 200 anos), em abril/2009, e outro sobre Francisco Ferrer (cujo fuzilamento completa um século) no segundo semestre.



ENDEREÇOS LIBERTÁRIOS: FARJ 2 CP 15001. CEP 20155-970. Rio/RJ *BRASIL: Organização Resistência Libertária* Pró-Federação Anarquista de São Paulo <http://nucleos-fasp.blogspot.com/> * Fórum do Anarquismo Organizado (FAO) <http://www.vermelhoenegro.org/> * Rusga Libertária <http://rusgalibertaria.blogspot.com/> * ÁFRICA DO SUL: Zabalaza Anarchist Communist Front <http://www.zabalaza.net/> * ARGENTINA: Organización Socialista Libertaria (OSL) <http://www.osl.org.ar/> * Red Libertaria <http://www.red-libertaria.net/> * CHILE: Organización Comunista Libertaria * Colectivo Agitación Libertaria <http://labatalladelostrabajadores.blogspot.com/> * COSTA RICA: Pró-Federação Anarquista Costarriquense (Círculo de Estudios la Libertad) <http://revistalalibertad.blogspot.com/> * FRANÇA: CNT Vignoles <http://www.cnt-f.org/> * MÉXICO: Alianza Magonista Zapatista (AMZ) <http://espora.org/cama/> * PERU: Unión Socialista Libertaria <http://www.uslperu.blogspot.com/> * Qhispikay Llaqta * URUGUAI: Colectivo Pró-Organización Socialista Libertaria * Federación Anarquista Uruguaya <http://www.nodo50.org/fau/> * Colectivo Socialista Libertario <http://periodicorojoynegro.blogspot.com/> * EUA/CANADA: North Eastern Federation of Anarchists Communists (NEFAC) <http://www.nefac.net/> * ITÁLIA: Federazione dei Comunisti Anarchici (FdCA) <http://www.fdca.it/> * IRLANDA: Workers Solidarity Movement (WSM) <http://www.wsm.ie/>